



Intervalo menor para dose de reforço

Governo vai reduzir de cinco para quatro meses o intervalo entre a segunda dose e a terceira aplicação dos imunizantes contra a covid-19. Objetivo é ampliar a proteção contra a variante ômicron. Vacinação de crianças, porém, segue indefinida

» ISRAEL MEDEIROS

O Ministério da Saúde vai reduzir o intervalo entre a aplicação da segunda e da terceira dose (de reforço) das vacinas contra a covid-19. A medida foi anunciada pelo ministro Marcelo Queiroga, ontem. A estratégia da pasta é garantir que o maior número possível de pessoas tenha a proteção extra contra o novo coronavírus, aumentando a eficácia da imunização contra a variante ômicron, que já tem, ao menos, 24 casos confirmados no Brasil.

“Para ampliar a proteção contra a variante ômicron, vamos reduzir o intervalo de aplicação da 3ª dose de cinco para quatro meses. A dose de reforço é fundamental para frear o avanço de novas variantes e reduzir hospitalizações e óbitos, em especial em grupos de risco”, disse o ministro, em uma rede social. Segundo Queiroga, a mudança será oficializada por meio de portaria a ser publicada nesta segunda-feira.

A mudança vem em um momento de escassez de informações sobre a eficácia das atuais vacinas contra a variante ômicron. Na última semana, a Organização Mundial de Saúde (OMS), afirmou que as evidências, até o momento, apontam para uma leve diminuição do impacto de imunizantes contra a nova cepa. No entanto, não há estudos conclusivos sobre a aplicabilidade das vacinas disponíveis.

Os estudos preliminares apontam, no entanto, que a variante ômicron tem transmissão mais rápida que qualquer outra cepa do novo coronavírus — informação que foi confirmada pela OMS. A variante já está presente em 89 países. As principais fabricantes de vacinas contra o novo coronavírus preparam novas versões de seus produtos. É o caso da Pfizer/BioNTech, da Moderna, da Janssen e da Astrazeneca, cujo imunizantes já demonstraram um leve declínio da eficácia contra a variante de origem sul-africana.

No caso da Pfizer, especificamente, Queiroga disse ontem, em conversa com jornalistas, que o contrato firmado entre a farmacêutica e o governo brasileiro já prevê atualizações contra novas cepas e também para as idades contempladas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI).

“O contrato que fizemos para 2022 inclui não só a atualização dessa vacina para possíveis variantes que surjam do novo coronavírus, como é o caso da variante ômicron, como também para todas as faixas etárias incluídas no Programa Nacional de Imunização. Com isso, eu quero garantir à população brasileira que todas as

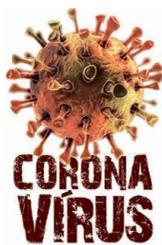
faixas etárias que forem incluídas no PNI serão contempladas e nós teremos doses disponíveis”, disse o ministro.

Sem decisão

Enquanto o Ministério da Saúde se desdobra para tentar conter o avanço da nova cepa, a vacinação de crianças só deve ter alguma definição em janeiro. Na última semana, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou a vacinação de crianças entre 5 e 11 anos com o imunizante da Pfizer, mas Queiroga afirmou que o ministério vai deixar para janeiro a decisão definitiva sobre vacinar essa faixa etária.

“Como gestor da saúde pública, tenho mais preocupação com a aplicação de segunda dose e de terceira dose (de reforço) do que a vacinação em crianças”, afirmou. Queiroga ressaltou que a pasta só decidirá sobre a autorização desse público em 5 de janeiro, após consulta pública a ser realizada um dia antes pela pasta. A medida foi anunciada ao lado do advogado-geral da União, Bruno Bianco.

“Hoje, nós vivemos num ambiente epidemiológico bem mais controlado em relação à covid-19. Portanto, temos muito mais tranquilidade para tomar decisões”, disse Queiroga.



Walterson Rosa/Ministério da Saúde



Vacinação da faixa etária de 5 a 11 anos será submetida à consulta pública, informou Queiroga

Informe Publicitário

ESCLARECIMENTO PÚBLICO

Em atenção às notícias veiculadas na mídia referentes à locação do edifício de propriedade da PaulOOctavio, localizado no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco G, Lote 13, com área de 5.132,80 m², inaugurado em 18 de novembro de 2009 - Habite-se 056/2009, informamos que:

1. Em novembro de 2009, foi celebrado contrato de locação com a DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO, o qual permaneceu vigente por 5 (cinco) anos, com valor de locação conforme o mercado e avaliação da Caixa Econômica Federal.
2. Na sequência, novos contratos de locação foram celebrados, com outras empresas, restando ajustado valor mensal equivalente.
3. Recentemente, em 1º de junho de 2021, após a realização do chamamento público que contemplou a apresentação de propostas de vários interessados e que, ao final, restou vitoriosa a proposta apresentada pela PaulOOctavio, foi celebrado contrato de locação com a SEAPE tendo sido pactuado o valor do aluguel mensal de R\$ 225.000,00, neste montante incluídas as despesas com Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Taxa de Limpeza Pública - TLP, seguro predial e manutenção de ar-condicionado, elevadores, sistema de CFTV e gerador.
4. Tal valor, destaque-se, para além de evidentemente compatível com os preços praticados pelo mercado, se apresenta inferior ao indicado por avaliação realizada pela própria TERRACAP (Laudo de Avaliação nº 449/), sendo flagrante a vantagem e economia da contratação para a Administração Pública.
5. Ainda, para atender às necessidades do órgão contratante, a PaulOOctavio realizou investimentos de R\$ 2.114.903,00 (dois milhões, cento e quatorze mil, novecentos e três reais), conforme documentos apresentados perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal, sendo certo, também, que a ocupação pelo órgão licitante foi precedida da realização de laudo de vistoria que atestou, de forma incontroversa, que foram realizadas todas as adaptações solicitadas (layout, divisórias, cabeamento de fibras óticas, pontos elétricos etc.) e cujas despesas foram integralmente suportadas pela PaulOOctavio, sem qualquer ônus para SEAPE.
6. Comprovadas as vantagens e a economia da locação, os contratos administrativos se subordinam ao melhor interesse público e seguem alcançados pela discricionariedade administrativa, podendo ser rescindidos a qualquer tempo.

Brasília (DF), 19 de dezembro de 2021.

PaulOOctavio®

Resistência ao passaporte

» GABRIELA CHABALGOITY*

A não adoção do passaporte vacinal pelo governo federal esteve no centro das discussões sobre a covid-19 nesta semana. Essa é apenas uma das medidas que não foram acatadas pelo Ministério da Saúde, mesmo após a sugestão de especialistas e órgãos federais. Além disso, a decisão vai na contramão do que está sendo imposto por diversos países na tentativa de conter a nova variante ômicron.

Entre as medidas sugeridas, estão a adoção do passaporte de vacinação para desembarque nos aeroportos, testagem com menor intervalo de tempo até o embarque de passageiros e quarentena obrigatória. Em países como o Chile, por exemplo, é necessário comprovante de que o passageiro se vacinou ou a menos 14 dias antes de embarcar, além de quarentena de sete dias, inclusive para totalmente vacinados, até o resultado do exame sair.

Para o infectologista Werciley Saraiva, a junção do passaporte vacinal com o teste PCR negativo realizado antes de embarcar é o combo ideal. “Eu vejo se a pessoa está vacinada, ou seja, com menos chances de ser um caso grave, e, com o PCR, evito que a pessoa traga a doença para o país. Essa é a maneira ideal de as coisas funcionarem”, disse.

“Se a gente propuser um isolamento para evitar a entrada do vírus, pensar em PCR três dias antes não tem valor, porque, em três dias, a pessoa pode ter tido contato com inúmeras pessoas, e, com isso, trazer o vírus para o

Tania Rego/Agência Brasil



Para especialistas, comprovante de vacinação é fundamental

seu destino”, completou.

Ou seja, para especialistas, o passaporte vacinal é importante, mas é necessário um conjunto de medidas que sejam fiscalizadas pelas autoridades federais. O infectologista Hemerson Luz acredita que a vacinação é um dos pilares principais, bem como o isolamento de casos suspeitos, ainda mais com o advento da variante ômicron, que tem mais transmissibilidade. Para ele, exigir passaporte vacinal é uma medida que contribuiria ainda mais no enfrentamento da pandemia. “A quarentena vai ajudar, associada a um exame PCR negativo”, garantiu.

O incentivo à vacinação é outro ponto citado pelos especialistas. De acordo com eles, as ondas que estão acontecendo em

países associados à variante ômicron se caracterizam por baixa adesão às vacinas. “Certamente, esse conjunto de fatores deve ser encarado como uma estratégia com diversas medidas, incluindo a cobertura vacinal. Quanto maior, melhor será”, disse Luz.

A forma como o governo irá executar a fiscalização do cumprimento das medidas também é essencial. Para o infectologista do Iges (DF) Julival Ribeiro, as promessas de que haverá uma quarentena de cinco dias não necessitam de mais precisão. “Essa quarentena de cinco dias como o Brasil está dizendo que vai fazer, na minha visão, é muito complexa para o país”, lamentou.

Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo